

Nível Superior – Trabalhadores de Saúde

Advogado

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - b) esse caderno de prova contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - c) marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
9. Somente após decorrida **2 (duas) horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **20/05/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/susam.
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **21/05/2014** até às 23h59min do dia **22/05/2014**, observado o horário oficial de Manaus, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/susam, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto I

Francisco, os gays e a doutrina

“Se alguém que é gay procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-lo?” A declaração do Papa Francisco, pronunciada durante uma entrevista à imprensa no final de sua visita ao Brasil, ecoou como um trovão mundo afora. Nela, existe mais forma que substância – mas a forma conta.

A homossexualidade é um tabu no Vaticano. Bento XVI, o antecessor de Francisco, escreveu apenas oito anos atrás que a homossexualidade é uma “desordem objetiva” e “uma forte inclinação dirigida para um pecado mortal intrínseco”. Francisco não contestou Bento XVI – e talvez concorde com ele. Contudo, usou o termo coloquial “gay”, algo antes impensável, e colocou o acento em outro lugar: “Quem sou eu para julgá-lo?”

Francisco deslocou o problema. Sob a lógica de sua declaração revolucionária, o problema não é de substância (ser gay), mas de circunstância (viver à luz de Deus). Ele não foi além disso. Entretanto, nas dioceses distantes, a frase provocará debates, e muitos a interpretarão como uma licença implícita para ordenar padres que são gays, mas celibatários. “Não fale, não pergunte”: essa foi a orientação de Bill Clinton que começou a abrir as portas das forças armadas americanas aos gays. Francisco disse quase o mesmo.

“Quem sou eu para julgá-lo?” – isso, dito pelo Papa, não é pouca coisa. O impacto da declaração não está confinado às fronteiras da Igreja. Em dezenas de países, especialmente nos da África, existem leis contra gays. A Rússia de Vladimir Putin acaba de criar uma lei desse tipo. Estados e governos querem a prerrogativa de “julgar” – e de punir! – a orientação sexual das pessoas. Quando a Igreja ensaia rever sua anacrônica posição sobre os homossexuais, algo de relevante está acontecendo.

Na África do Sul, o arcebispo anglicano Desmond Tutu, uma das mais destacadas figuras da luta contra o *apartheid*, lidera uma campanha internacional de denúncia das leis antigays. Ele declarou que repudiaria “um Deus homofóbico”. Francisco ficou bem longe disso, mas suas palavras anunciam o fim de um tempo de escuridão. A pergunta que emerge delas é bem simples: se o Papa não tem o direito de “julgar” os gays, quem são as autoridades políticas para fazê-lo?

(Axé Silva, *O Mundo*, setembro 2013)

01

No início do texto, o autor fala de dois aspectos da declaração do Papa Francisco: conteúdo e forma.

Assinale a opção que indica o trecho do texto que aborda a *forma* da declaração.

- (A) “Francisco ficou bem longe disso, mas suas palavras anunciam o fim de um tempo de escuridão”.
- (B) “Quando a Igreja ensaia rever sua anacrônica posição sobre os homossexuais, algo de relevante está acontecendo”.
- (C) “‘Quem sou eu para julgá-lo?’ – isso, dito pelo Papa, não é pouca coisa”.
- (D) “Francisco deslocou o problema. Sob a lógica de sua declaração revolucionária, o problema não é de substância (ser gay), mas de circunstância (viver à luz de Deus)”.
- (E) “Contudo, usou o termo coloquial ‘gay’, algo antes impensável, e colocou o acento em outro lugar: ‘Quem sou eu para julgá-lo?’”

02

Sobre a estrutura linguística da declaração do Papa, assinale a afirmativa *inadequada*.

- (A) A condição colocada na declaração abarca ser gay, procurar Deus e ter boa vontade.
- (B) O pronome “eu” tem seu referente (o Papa) esclarecido na continuidade do texto.
- (C) O pronome “lo” tem seu referente esclarecido no segmento anterior do texto.
- (D) A pergunta formulada pelo Papa supõe uma impossibilidade de o Papa realizar o julgamento.
- (E) O pronome interrogativo “quem”, no contexto, significa procura da identificação do autor da pergunta.

03

Na grafia do vocábulo inglês *apartheid*, o autor emprega um tipo de letra (itálico) para mostrar que se trata de um estrangeirismo; o mesmo não acontece com o vocábulo *gay*, provavelmente porque

- (A) se trata de um vocábulo de linguagem coloquial.
- (B) se refere a uma realidade moderna.
- (C) designa um representante da classe dos excluídos.
- (D) já teve seu emprego bastante difundido.
- (E) é grafado dentro do sistema ortográfico de língua portuguesa.

04

O texto nos diz que a declaração do Papa ecoou como um trovão mundo afora. Essa comparação traz em si mesma dois sentidos, que são

- (A) o barulho e a propagação.
- (B) a propagação e o perigo.
- (C) o perigo e o poder.
- (D) o poder e a energia.
- (E) a energia e o barulho.

05

Estruturalmente falando, a declaração do Papa, colocada ao início do texto, funciona como

- (A) uma afirmativa da qual se vão destacar os pontos positivos e negativos.
- (B) uma alusão a um tema que vai ser mais amplamente explorado no texto.
- (C) uma referência para a discussão do papel da Igreja no mundo moderno.
- (D) uma introdução que limita a discussão aos muros da própria Igreja.
- (E) um tópico que indica a contradição da Igreja, objeto do texto.

06

“A homossexualidade é um tabu no Vaticano. Bento XVI, o antecessor de Francisco, escreveu apenas oito anos atrás que a homossexualidade é uma ‘desordem objetiva’ e ‘uma forte inclinação dirigida para um pecado mortal intrínseco’. Francisco não contestou Bento XVI – e talvez concorde com ele”.

Segundo a passagem acima, os dois Papas, apesar de mostrarem orientação diferente, não se opuseram, pois ocorreu apenas

- (A) uma mudança de tempos e, portanto, de costumes.
- (B) uma alteração de consideração científica do homossexualismo.
- (C) um deslocamento do foco de discussão do problema.
- (D) uma utilização de variedade linguística diferente.
- (E) uma visão mais humana de um tema religioso e moral.

07

O texto considera como “*revolucionária*” a declaração do Papa, porque ela

- (A) apresenta um posicionamento inédito sobre o tema.
- (B) faz com que outros posicionamentos da Igreja possam ser revistos.
- (C) provoca uma violenta separação entre membros da própria Igreja.
- (D) causa uma reação contrária de grande força.
- (E) considera uma anormalidade como uma normalidade.

08

“Entretanto, nas dioceses, a frase provocará debates”.

Assinale a opção em que a reescritura dessa frase do texto, do ponto de vista gramatical, está **incorreta**.

- (A) Nas dioceses, porém, a frase provocará debates.
- (B) A frase provocará debates, todavia, nas dioceses.
- (C) A frase, no entanto, provocará debates nas dioceses.
- (D) Mas a frase provocará debates nas dioceses.
- (E) A frase, contudo, provocará debates nas dioceses.

09

Em certas passagens do texto, o autor expressa algum juízo de valor sobre o tema que está abordando.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. “O impacto da declaração não está confinado às fronteiras da Igreja”.
- II. “Em dezenas de países, especialmente nos da África, existem leis contra gays”.
- III. “Quando a Igreja ensaia rever sua anacrônica posição sobre os homossexuais, algo de relevante está acontecendo”.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

10

O título do texto destaca três elementos: o Papa Francisco, os gays e a doutrina. Entre esses três elementos, a única ligação **inadequada** é:

- (A) o Papa Francisco acaba de mostrar uma possível mudança na posição doutrinária da Igreja em relação aos gays.
- (B) os gays passam por um momento de forte discriminação em muitos países, particularmente africanos.
- (C) a doutrina da Igreja Católica parece estar passando por momentos de turbulência, tendo em vista as últimas declarações do Papa sobre os gays.
- (D) os gays foram motivo de apreciações do Papa Francisco, quando de sua passagem pelo Brasil.
- (E) o Papa Francisco, em suas declarações sobre os gays, deixou esperanças de mudanças na doutrina da Igreja em relação à homossexualidade.

11

Assinale a opção que indica uma das estratégias empregadas no texto para valorizar as posições não homofóbicas.

- (A) Mostrar o atraso dos países que atacam a homossexualidade.
- (B) Referir-se à Rússia como país arcaico e ditatorial.
- (C) Apelar para declarações de figuras de destaque internacional.
- (D) Comentar somente o aspecto sexual das declarações.
- (E) Destacar pensamentos isolados do contexto em que foram proferidos.

Texto II**Nos reinos da intolerância**

A intolerância sexual reverberou na Casa Branca e no Vaticano. O presidente Barack Obama criticou os países que adotam leis discriminatórias contra homossexuais. “*Não tenho nenhuma tolerância com os países que tentam tratar gays, lésbicas ou pessoas transgênero de uma maneira que os intimide ou prejudique*”, declarou. Já o Papa Francisco distinguiu-se de seus antecessores, explicando que não tem o direito de julgar as inclinações sexuais dos indivíduos.

Normatizar o comportamento sexual de um indivíduo, algo que só pertence a ele, constitui uma das formas mais cruéis de violência. Cada ação política nessa direção potencializa a discriminação e o ódio sexual. Obama entendeu isso e até o Papa ensaiou uma mudança na tradicional posição doutrinária da Igreja. Entretanto, a política da intolerância continua a imperar nos países que negaram o valor dos direitos individuais.

(Axé Silva, *O Mundo*, setembro de 2013)

12

As opções a seguir apresentam argumentos encontrados nos textos I e II, contrários, de forma implícita ou explícita, à homofobia, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) negação do valor dos direitos individuais
- (B) incentivo à discriminação e ao ódio sexual
- (C) invasão de um espaço puramente pessoal
- (D) atentado contra a liberdade individual
- (E) discriminação racial e social

13

“*Não tenho nenhuma tolerância com os países que tentam tratar gays, lésbicas ou pessoas transgênero de uma maneira que os intimide ou prejudique*”.

Sobre os termos que estruturam essa declaração do presidente Barack Obama, assinale a afirmativa correta.

- (A) O trecho “*Não tenho nenhuma tolerância*” está gramaticalmente errado, devendo ser alterado para “*Não tenho tolerância alguma*”
- (B) Já que concorda com “*peçoas*”, a forma de “*transgênero*” deveria ser “*transgêneras*”
- (C) O pronome “*os*” deveria ser substituído por “*as*” já que se refere a “*peçoas*”.
- (D) O termo “*peçoas transgênero*” se refere a outras categorias sexuais não contempladas pelos termos anteriores
- (E) O verbo “*intimidar*” ou “*prejudicar*” situa a discussão no terreno puramente pessoal, afastando o espaço legal.

14

“*Já o Papa Francisco distinguiu-se de seus antecessores, explicando que não tem o direito de julgar as inclinações sexuais dos indivíduos*”

O fragmento acima mostra

- (A) a definição clara da Igreja sobre a questão dos gays.
- (B) o posicionamento argumentativo que evita a discussão do tema.
- (C) a afirmação de caráter geral que abrange a discussão de outros pontos.
- (D) o questionamento das posições anteriormente assumidas pela igreja.
- (E) a posição do Papa Francisco, que deslocou o problema para a sexualidade dos indivíduos.

15

“Obama criticou os países que adotam leis”.

A forma de reescrever-se essa frase do texto que não respeita a correspondência culta de tempos verbais é

- (A) Obama criticará os países que adotarem leis.
- (B) Obama criticaria os países que adotassem leis.
- (C) Obama criticava os países que adotavam leis.
- (D) Obama criticou os países que adotaram leis.
- (E) Obama criticava os países que adotassem leis.

16

“Quem sou eu para julgá-lo?”. Se colocarmos essa frase de discurso direto em discurso indireto, começando por “O Papa perguntou...”, o restante da frase estaria corretamente expresso em

- (A) *“Quem era ele para julgar o gay”.*
- (B) *“Quem seria ele para que julgasse o gay”.*
- (C) *“Quem foi ele para julgar o gay”.*
- (D) *“Quem será ele para julgar o gay”.*
- (E) *“Quem é ele para que julgasse o gay”.*

17

Os adjetivos formam uma classe que acrescenta algo ao texto; eles representam características, qualidades, estados ou relações. Dentre os adjetivos sublinhados a seguir, assinale a opção que indica aquele que é incluído entre os que expressam característica.

- (A) Presidente americano
- (B) Leis discriminatórias
- (C) Inclinações sexuais
- (D) Dioceses distantes
- (E) Anacrônica posição

18

Assinale a frase do texto II que serve de guia para a sua estruturação.

- (A) *“A intolerância sexual reverberou na Casa Branca e no Vaticano”.*
- (B) *“O presidente Barack Obama criticou os países que adotam leis discriminatórias contra homossexuais”.*
- (C) *“‘Não tenho nenhuma tolerância com os países que tentam tratar gays, lésbicas ou pessoas transgênero de uma maneira que os intimide ou prejudique’, declarou”.*
- (D) *“Já o Papa Francisco distinguiu-se de seus antecessores, explicando que não tem o direito de julgar as inclinações sexuais dos indivíduos”.*
- (E) *“No reino da intolerância”.*

A charge a seguir se refere às questões 19 e 20



19

Comparando a charge aos textos I e II, assinale a afirmativa correta.

- (A) Posicionam-se da mesma forma diante do problema da homofobia.
- (B) Tratam do tema de forma diametralmente oposta.
- (C) A charge acrescenta argumentos contra a homofobia.
- (D) A posição do Papa no texto I contraria a posição de Jesus na charge.
- (E) As palavras do carro de som da charge desaprovam as medidas tomadas nos países africanos.

20

Sobre os elementos visuais e linguísticos presentes na charge, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O título dado à charge mostra um trocadilho de valor negativo.
- (B) A posição de Jesus na charge mostra desaprovação.
- (C) Os dizeres das faixas mostram argumentos favoráveis à homofobia.
- (D) O apelo à Bíblia mostra apelo a uma autoridade incontestável.
- (E) A seta para a esquerda na placa indica ligações políticas do movimento.

Princípios e Organização do SUS

21

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na redefinição das prioridades da política do Estado na área da Saúde Pública com a criação do SUS.

A esse respeito assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O texto constitucional demonstra claramente que a concepção do SUS estava baseada num modelo de saúde voltado para as necessidades da população, procurando resgatar o compromisso do Estado para com o bem-estar social.
- () O texto constitucional permite que as instituições privadas participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde, tendo preferência absoluta as entidades filantrópicas.
- () O texto constitucional estabelece que a saúde é um direito de todos os cidadãos, sendo dever do Estado garantir sua promoção, proteção e recuperação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, V e F.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e V.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

22

A transferência de recursos pelo Fundo Nacional de Saúde para os Municípios, os Estados e o Distrito Federal, de forma regular e automática, corresponde à execução do princípio da

- (A) universalidade.
- (B) descentralização.
- (C) hierarquização.
- (D) integralidade.
- (E) regionalização.

23

A respeito das competências e atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispostas na Lei nº 8.080/90, analise as afirmativas a seguir.

- I. São atribuições específicas da União e dos Estados definir as instâncias e os mecanismos de controle, de avaliação e de fiscalização das ações e dos serviços de saúde.
- II. Os Municípios são responsáveis por celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução.
- III. Compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

24

Segundo os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 141/2012, não é considerada uma despesa com ações e serviços públicos de saúde aquela referente

- (A) à capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde.
- (B) à ação de vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária.
- (C) ao manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças.
- (D) à assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal.
- (E) ao saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas.

25

Considerando o disposto na Lei nº 8.142/90 a respeito dos Conselhos e Conferências de Saúde, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O Conselho de Saúde se reúne a cada 4 anos para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.
- () A representação dos usuários nos Conselhos e Conferências de Saúde deve ser paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.
- () A Conferência de Saúde atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, V e V.

26

O Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde – COAP deve conter as disposições essenciais relacionadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Identificação das necessidades de saúde locais e regionais.
- (B) Estratégias para a melhoria das ações e serviços de saúde.
- (C) Orientação e ordenação dos fluxos das ações e dos serviços de saúde.
- (D) Investimentos na rede de serviços e nas respectivas responsabilidades.
- (E) Critérios de avaliação dos resultados e forma de monitoramento permanente.

27

O Conselho Nacional de Saúde é responsável por estabelecer

- (A) as regras de monitoramento e de acesso às ações e aos serviços de saúde.
- (B) as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde.
- (C) os critérios para escolha dos indicadores e das metas para a saúde.
- (D) os critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde.
- (E) as normas para instituição das redes e regiões de saúde.

28

A respeito da atuação das Comissões Intergestores, analise as afirmativas a seguir.

- I. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS).
- II. As Comissões Intergestores Tripartite devem pactuar as diretrizes gerais sobre Regiões de Saúde, a integração de limites geográficos e suas referências e contrarreferências.
- III. A Comissão Intergestores Regional – CIR é vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para efeitos administrativos e operacionais.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

29

De acordo com o Decreto nº 7.508/11, o “*espaço geográfico contínuo constituído por agrupamentos de Municípios limítrofes, delimitado a partir de identidades culturais, econômicas e sociais, e de redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhados, com a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde*” corresponde à definição de

- (A) Rede de Atenção à Saúde.
- (B) Distrito Sanitário.
- (C) Região Adstrita.
- (D) Mapa da Saúde.
- (E) Região de Saúde.

30

Considerando as normas para a aplicação e repasse de recursos destinados às ações e aos serviços de saúde pelos entes públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os recursos da União serão repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Saúde, para aplicação em ações e serviços públicos de saúde.
- II. Os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.
- III. O Distrito Federal aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação direta dos impostos que não possam ser segregados em base estadual e em base municipal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativas III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

Conhecimentos Específicos

31

José firmou contrato com a empresa de prestação de serviços assistenciais médicos por recomendação de amigos. Em determinado momento recorreu à internação hospitalar por força de emergência constatada por médico.

Ao ser consultada sobre a cobertura das despesas, a empresa aduziu que, naquele caso, por força de cláusula contratual restritiva, não seria possível o pagamento das despesas realizadas.

Nesse caso, consoante à melhor interpretação, estaria violado o direito

- (A) ao contrato.
- (B) à vida.
- (C) à liberdade.
- (D) à segurança.
- (E) à igualdade.

32

O partido político H, com representação no Congresso Nacional, promove Ação Direta de Inconstitucionalidade contra ato normativo estadual, estando o seu pedido pendente de análise no Supremo Tribunal Federal.

Consoante à doutrina e à jurisprudência assentes, o partido político, relativamente à Ação Direta de Inconstitucionalidade, é dotado de legitimação

- (A) temática.
- (B) universal.
- (C) pertinente.
- (D) especial.
- (E) inaugural.

33

No âmbito dos direitos sociais previstos na Constituição avultam os individuais e os de natureza coletiva. Quanto a essa segunda categoria, um dos direitos previstos consiste na

- (A) remuneração do repouso.
- (B) percepção do salário mínimo.
- (C) proteção aos dependentes.
- (D) livre associação profissional.
- (E) participação nos lucros.

34

Os Tribunais Regionais Federais compõem a Justiça Federal de Segundo Grau de Jurisdição e são compostos, consoante às normas da Constituição Federal, por

- (A) um terço indicado pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (B) um quinto dentre egressos da Advocacia e do Ministério Público.
- (C) três quintos originados de magistrados de carreira mediante promoção.
- (D) dois terços indicados pelo Congresso Nacional dentre magistrados.
- (E) um quarto indicado pelos Governadores dos Estados abrangidos pela competência do Tribunal.

35

A Constituição Federal organizou vários temas de forma inovadora. Um deles foi o Sistema de Segurança Pública, que inclui no seu rol a seguinte corporação:

- (A) Polícia do Legislativo.
- (B) Polícia do Judiciário.
- (C) Polícia Municipal.
- (D) Polícia Ferroviária Federal.
- (E) Polícia do Sistema Metroviário.

36

No âmbito da Assembleia Constituinte, estabeleceu-se o debate sobre se seria adequado o Supremo Tribunal Federal perder suas funções de julgamento de casos concretos e passar a atuar somente como Corte Constitucional, utilizando o modelo europeu. Essa tese não foi sufragada pelos parlamentares, que optaram por manter a atuação tradicional da nossa Corte suprema. Dentre as competências originárias estabelecidas pela Constituição Federal, outorgadas ao STF, encontra-se o julgamento de

- (A) homologação de sentença estrangeira.
- (B) incidente de deslocamento de competência.
- (C) crimes políticos do Presidente da República.
- (D) ação proposta pela União contra Estado federado.
- (E) Mandado de Segurança contra ato de Ministro de Estado.

37

Sobre a temática da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado poderá ser primária ou subsidiária.
- (B) A responsabilidade civil do Estado poderá decorrer de ato legislativo formal já declarado constitucional pelo STF e de efeitos gerais.
- (C) A responsabilidade civil do Estado não poderá decorrer de ato legislativo.
- (D) A responsabilidade civil do Estado será sempre regida pela teoria do risco administrativo.
- (E) A responsabilidade civil do Estado não está sujeita a excludentes de responsabilização.

38

O governo do Estado pretende transferir a atribuição de fiscalizar as condições de salubridade dos hospitais da Secretaria de Saúde para determinada autarquia.

Ao implementar tal medida, estará realizando

- (A) a desconcentração, pois desaglutinou atribuições.
- (B) a descentralização, pois desaglutinou atribuições.
- (C) a concentração, pois aglutinou atribuições.
- (D) a centralização, pois aglutinou atribuições.
- (E) a centralização e a descentralização ao mesmo tempo.

39

Assinale a opção que dispõe apenas sobre classificações do controle sobre a Administração Pública que podem ser exercidas pelo Poder Judiciário.

- (A) Controle de legalidade, posterior e provocado.
- (B) Controle de mérito, concomitante e de ofício.
- (C) Controle de legalidade, prévio e de ofício.
- (D) Controle por subordinação, provocado e concomitante.
- (E) Controle de mérito, prévio e provocado.

40

Tendo em vista as formas de extinção do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. A extinção de um ato administrativo depende da manifestação de vontade da administração.
- II. A extinção subjetiva é uma forma de desfazimento volitivo do ato administrativo.
- III. A extinção por caducidade depende de lei.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa III estiver correta.

41

Segundo a Lei Estadual nº 1.762/86, assinale a opção que indica apenas eventos que produzem a vacância no cargo público.

- (A) Promoção e readaptação.
- (B) Licença para tratamento de saúde e demissão.
- (C) Licença para tratamento de interesse particular e aposentadoria.
- (D) Licença para serviço militar e falecimento.
- (E) Licença para tratamento de interesse particular e por motivo de afastamento do cônjuge.

42

No que tange ao *poder de polícia* da Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atividade de polícia será exercida sempre por meio da edição de atos normativos.
- (B) A atividade de polícia será exercida sempre por meio de atos concretos.
- (C) Embora a atividade de polícia possa ser exercida por meio de atos normativos, não há, nesse caso, atuação preventiva, mas apenas repressiva.
- (D) O poder de polícia poderá ser originário ou delegado.
- (E) O poder de polícia é exercido com exclusividade pela administração direta, pois implica uma atuação vertical do poder público.

43

A prescrição é geralmente definida como a perda de um direito de ação, ou seja, a prescrição põe fim à possibilidade de se exigir, judicialmente, um direito, por força da passagem de um determinado período de tempo.

Entretanto, o nosso sistema jurídico prevê situações que, em caráter excepcional, impedem ou suspendem a prescrição.

Assinale a opção que indica uma situação em que o prazo prescricional fluirá normalmente.

- (A) Corre a prescrição contra pessoas relativamente incapazes.
- (B) Corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- (C) Corre a prescrição entre curatelados e seus curadores, durante a curatela.
- (D) Corre a prescrição contra pessoas absolutamente incapazes.
- (E) Corre a prescrição contra os que se achem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

44

A ideia de posse é caracterizada por uma situação de fato que vincula uma pessoa a uma coisa, traduzindo-se numa relação de fruição, pois a relação que se estabelece entre a pessoa e a coisa tem por fim viabilizar sua utilização econômica.

Acerca do instituto da posse, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É justa a posse que se apresentar como precária.
- (B) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora, manter-se-á provisoriamente a que tiver a coisa, se não ficar evidente que a obteve das outras por modo vicioso.
- (C) A posse é adquirida quando se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- (D) A posse adquirida por sucessão *mortis causa* se transmite aos herdeiros do possuidor com os mesmos caracteres que tinha a posse do autor da herança.
- (E) A posse adquirida por sucessão inter vivos, a título singular, permite que o adquirente acrescente à sua posse o tempo de posse exercido pelo possuidor anterior ou, se preferir, que inicie novo período de posse.

45

Miro, de 45 anos, casa-se, em segundas núpcias, com Sara, de 30 anos, pelo regime de comunhão universal de bens. Do primeiro casamento, Miro tem um filho chamado Silas, e Sara, sua atual esposa, tem como único parente vivo sua mãe, Jamile. Miro também não possui qualquer outro ascendente ou descendente vivo.

Em determinado momento, o casal decide passar férias na Malásia, mas o avião em que se encontravam sofre uma queda e só é localizado quatro dias após o acidente, quando nenhum passageiro é encontrado vivo.

Os corpos de Miro e Sara são localizados; contudo, não há nenhuma testemunha que possa dizer qual dos cônjuges veio a falecer primeiro.

Considerando a situação narrada, assinale a alternativa que indica, acertadamente, como deve ser feita a transmissão sucessória dos bens deixados pelo casal.

- (A) Como Miro é mais velho que Sara, presume-se que morreu primeiro. Portanto, Sara herda metade do patrimônio de Miro, e Silas, a outra metade. A parcela patrimonial de Sara é, então, transferida após sua morte para Jamile.
- (B) Como Miro é mais velho que Sara, presume-se que morreu primeiro. Portanto, Silas, por ser filho de Miro, herda toda a parte do patrimônio que pertencia ao pai, e herda também o quinhão de Sara, pois descendentes têm preferência sobre ascendentes na ordem de sucessão.
- (C) Como Miro é mais velho que Sara, presume-se que morreu primeiro. Portanto, Sara herda metade do patrimônio de Miro e, com sua morte, se transfere integralmente o patrimônio do casal para Jamile, pois ascendentes têm preferência sobre descendentes na ordem de sucessão.
- (D) Como não é possível saber com precisão quem faleceu primeiro, considera-se que os cônjuges faleceram simultaneamente. Com isso, Miro deixa sua parcela patrimonial para Silas, e Sara deixa sua parcela patrimonial para Jamile.
- (E) Como não é possível saber com precisão quem faleceu primeiro, considera-se que ambos os cônjuges faleceram simultaneamente. Com isso, transfere-se 25% do patrimônio do casal para Jamile e 75% do patrimônio do casal para Silas, pois ascendentes concorrem com o cônjuge na sucessão legítima.

46

No procedimento ordinário, a falta de apresentação de contestação pelo réu acarreta o fenômeno processual da revelia. Como se sabe, em regra, a revelia produz efeitos de ordem material e de ordem processual.

Assinale a opção que indica uma situação em que a revelia não produzirá seu efeito material.

- (A) Havendo pluralidade de réus, se nenhum deles contestar, a revelia não produz seu efeito material.
- (B) Se o litígio versar sobre direitos disponíveis, a revelia não produz seu efeito material.
- (C) Se a petição inicial não estiver acompanhada do instrumento público que a lei considera indispensável à prova do ato, a revelia não produz seu efeito material.
- (D) Se o réu não contestar, mas no prazo legal, apresentar qualquer outro tipo de resposta cabível no rito comum ordinário, indistintamente, a revelia não produz seu efeito material.
- (E) Se a ação versar acerca do pedido de indenização por dano moral, sendo a honra irrenunciável, ainda que o réu não conteste, a revelia não produzirá seu efeito material.

47

A ação rescisória é instrumento excepcional no sistema pátrio, pois o seu ajuizamento abala a segurança jurídica que se alcança no momento em que as decisões de mérito em que as decisões de mérito transitam em julgado materialmente.

Assinale a opção que traz uma situação em que a ação rescisória não passará por juízo rescisório.

- (A) Sentença de mérito dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- (B) Sentença de mérito que viola literal disposição de lei.
- (C) Sentença de mérito fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.
- (D) Sentença de mérito que resulta de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida.
- (E) Sentença de mérito que ofende a coisa julgada já existente acerca do objeto do processo.

48

Kevin e Kate são grandes amigos e, em determinado momento, resolvem iniciar, conjuntamente, uma atividade empresarial. Para dar início ao negócio, ambos procuram Selma e com ela assinam um contrato de empréstimo, no qual fica estabelecido que Selma emprestará à dupla a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e que, seis meses após a assinatura do contrato, Kevin e Kate deverão devolver integralmente a quantia devidamente corrigida e acrescida de uma taxa de 5% sobre o valor emprestado.

Com o vencimento do empréstimo, nos termos contratados, e a dupla não cumpre com a obrigação devida a Selma. Diante dessa situação, Selma ajuíza ação de cobrança em face de Kevin. O réu, julgando não ser correto apenas ele ter responsabilidade pelo pagamento da dívida, decide levar Kate para o processo, a fim de agir regressivamente contra ela, caso venha a pagar sozinho todo o montante previsto no contrato de empréstimo.

Considerando o caso acima apresentado, assinale a opção que indica corretamente a figura de intervenção de terceiros de que Kevin deve se valer para atingir o seu propósito quanto a Kate.

- (A) Chamamento ao processo.
- (B) Nomeação à autoria.
- (C) Denúnciação da lide.
- (D) Oposição.
- (E) Assistência.

49

Com relação ao estudo do *dolo* e da *culpa* no Direito Penal, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O Código Penal não apresenta o conceito de crime culposos, tratando-se de tipo aberto, devendo o juiz, no caso concreto, promover um juízo de valor.
- (B) São elementos do crime culposos: conduta voluntária, inobservância de um dever objetivo de cuidado; resultado lesivo não querido, tampouco assumido, pelo agente; nexos causal entre a conduta descuidada e o resultado; previsibilidade; tipicidade.
- (C) Na culpa consciente, o agente prevê o resultado e pratica a conduta acreditando que ele não irá ocorrer; na culpa inconsciente, embora previsível o resultado, o agente não o prevê.
- (D) Para a teoria causal, no dolo há um elemento de natureza normativa, qual seja, a consciência do ilícito (dolo normativo).
- (E) A doutrina brasileira, de forma amplamente majoritária, admite a coautoria nos crimes culposos, inclusive a participação.

50

Prevalece na doutrina o conceito de crime como sendo um fato típico, ilícito e culpável.

Acerca destes requisitos do crime, assinale a afirmativa correta.

- (A) A coação moral resistível exclui a culpabilidade, enquanto a coação física exclui a conduta e, assim, o fato típico.
- (B) O Código Penal vigente reconhece o estado de necessidade exculpante como causa de exclusão da ilicitude.
- (C) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.
- (D) A legítima defesa, o estado de necessidade, o exercício regular de direito, o estrito cumprimento de dever legal e o consentimento do ofendido são causas de exclusão de ilicitude, podendo o último, em alguns casos, excluir a própria tipicidade.
- (E) A embriaguez culposa completa exclui a culpabilidade.

51

João, simulando portar arma de fogo, subtrai da vítima um automóvel. Consumado o roubo, procura Paulo, que cientificado da origem criminosa da coisa, aceita guardá-la por 24 horas, até que João consiga outro lugar mais seguro.

Diante deste quadro, capitule a conduta de João e Paulo.

- (A) Ambos responderão por roubo majorado pelo concurso de agentes (artigo 157, § 2º, II, do CP).
- (B) João responderá pelo crime de roubo majorado pelo emprego de arma (artigo 157, § 2º, I, do CP), e Paulo, pelo crime de receptação (artigo 180, do CP).
- (C) João responderá pelo crime de roubo simples (artigo 157, do CP), e Paulo, pelo crime de receptação (artigo 180, do CP).
- (D) João responderá pelo crime de roubo simples (artigo 157, do CP), não tendo Paulo praticado qualquer conduta típica.
- (E) João responderá pelo crime de roubo simples (artigo 157, do CP), e Paulo, pelo crime de favorecimento real (artigo 349, do CP).

52

Segundo a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, com relação à Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Lei Maria da Penha tem aplicação quando se trata de briga de ex-namorados decorrente do anterior relacionamento.
- (B) Não se aplica a suspensão do processo no crime de lesão corporal envolvendo marido e mulher, ainda que a vítima seja do sexo masculino.
- (C) O crime de ameaça envolvendo marido e mulher é de ação penal pública condicionada à representação.
- (D) Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- (E) Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, de que trata a Lei nº 11.340/2006, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia, devendo ser ouvido o Ministério Público.

53

A doutrina classifica os crimes, quanto à sua gravidade, como sendo de menor potencial ofensivo, de médio potencial ofensivo, de grave potencial ofensivo e hediondos.

No tocante a estes de maior gravidade, de acordo com a Lei nº 8.072/90 e a Constituição Federal, atentando-se à jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) O crime de associação para o tráfico é equiparado aos hediondos.
- (B) O crime de homicídio híbrido (qualificado e privilegiado) ostenta a natureza de crime de hediondo.
- (C) O crime de homicídio simples, em hipótese alguma, é considerado hediondo.
- (D) O condenado pela prática de crime hediondo ou assemelhado pode iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime mais brando do que o fechado.
- (E) O apenado reincidente específico em crime hediondo deverá cumprir 2/3 da pena para ter direito ao livramento condicional e 3/5 da pena para ter direito à progressão de regime.

54

Com relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente pode responder pelo crime de peculato o funcionário público.
- (B) O funcionário que aceita promessa de vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, não vindo a promessa a se concretizar, responde pelo crime de tentativa de corrupção passiva.
- (C) No crime de peculato culposos, a reparação do dano, se precede à sentença irreversível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz em metade a pena imposta.
- (D) O crime de concussão tem como bem jurídico protegido a moralidade e a probidade da Administração Pública, somente sendo possível a progressão de regime após ter sido reparado o dano causado ou devolvido o produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais, bem como cumprido 1/3 da pena aplicada.
- (E) O condenado por crime contra a Administração Pública, seja qual for a pena aplicada, perderá obrigatoriamente o cargo, como efeito da sentença condenatória.

55

Segundo a Constituição do Estado do Amazonas, a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. A lei deve regular as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, não sendo exigível a manutenção de serviços de atendimento ao usuário.
- II. A lei deve regular o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo.
- III. A lei deve regular a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

56

A transparência na Administração Pública tem como exemplo, na Constituição do Estado do Amazonas, o seguinte comando:

- (A) A Administração é obrigada a fornecer, unicamente aos envolvidos no processo, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos.
- (B) A Administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos.
- (C) A Administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres, ainda que tenham sido previamente declarados sigilosos.
- (D) A Administração não é obrigada a fornecer certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos.
- (E) A Administração é obrigada a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de sessenta dias, certidão de atos, contratos, decisões ou pareceres que não tenham sido previamente declarados sigilosos.

57

A Lei Delegada nº 67, de 18 de maio de 2007, dispõe sobre o funcionamento e a estrutura administrativa do Poder Executivo. Segundo este diploma, os Programas Especiais, cuja execução implica o envolvimento e o apoio de todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, estão listados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Programa Zona Franca Verde
- (B) Programa de Modernização da Gestão e do Planejamento
- (C) Programa Desmatamento Sustentável
- (D) Programa Cidadania para Todos – Projeto Cidadão
- (E) Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIN

58

Sobre as Instituições e Corporações responsáveis pela execução das atividades dispostas em normas constitucionais e em leis específicas, que integram a Administração Direta do Poder Executivo do Estado do Amazonas, analise os itens a seguir.

- I. Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública do Estado integram o Poder Executivo.
- II. Polícia Civil e Polícia Militar integram o Poder Executivo.
- III. Corpo de Bombeiros Militar integra o Poder Executivo.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (D) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

59

Segundo o plano de carreiras e de vencimentos dos servidores efetivos do Poder Executivo do Estado do Amazonas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Grupo Ocupacional: *compreende classes ou séries de classes que dizem respeito a atividades profissionais, ainda que não correlatas ou afins, quanto à natureza dos respectivos trabalhos ou ao ramo de conhecimentos aplicados ao seu desempenho.*
- (B) Promoção Vertical: *consiste na passagem da referência final de uma classe para a referência inicial da classe imediatamente superior, dentro da mesma série de classes ou de outra, e independe da existência de vaga.*
- (C) Promoção Horizontal: *é a mudança de referência dentro da mesma classe e dependerá da existência de vaga.*
- (D) Função: *é o conjunto de atribuições e responsabilidades de um cargo, ou as atividades específicas a serem desempenhadas pelo servidor, quando investido em cargo público.*
- (E) Classe: *é o conjunto de cargos de igual denominação ou não, e com iguais ou diferentes atribuições, deveres, responsabilidades e padrões de vencimentos.*

60

De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado do Amazonas, ao servidor não é proibido

- (A) pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, acerca de percepção de vencimentos e proventos do cônjuge, companheiro, parente consanguíneo ou afim, até segundo grau.
- (B) empregar materiais e bens do Estado em serviço particular ou, sem autorização superior, retirar objetos de órgãos oficiais.
- (C) entreter-se, nos locais e horas de trabalho, com palestras, leituras ou atividades estranhas ao serviço.
- (D) atender pessoas estranhas ao serviço no local de trabalho, para tratar de assuntos particulares.
- (E) retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização, qualquer documento de órgão estadual.

Realização

